

Ata da Oitava Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dez de abril de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Edison Cardoso de Sá para proferir o seguinte texto: Carta de Tiago – Capítulo 2, versículos 5 a 13: “Ouçam, meus queridos irmãos: não foi Deus quem escolheu os que são pobres aos olhos do mundo, para torná-los ricos na fé e herdeiros do Reino que ele prometeu àqueles que o amam? E, no entanto, vocês desprezaram o pobre! Ora, não são os ricos que oprimem a vocês e os arrastam perante os tribunais? Não são eles que difamam o nome sublime que foi invocado sobre vocês? Se cumprirem a lei mais importante da Escritura: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’, vocês estarão agindo bem. Mas, se vocês fazem diferença entre as pessoas, estão cometendo pecado, e a Lei os condena como culpados. Aquele que observa a Lei toda, mas falha num só ponto, torna-se culpado de violar a Lei inteira. De fato, aquele que disse: ‘Não cometa adultério’, também disse: ‘Não mate.’ Portanto, se você não comete adultério, mas mata, será condenado como violador da Lei. Falem e ajam como pessoas que vão ser julgadas pela lei da liberdade, porque o julgamento será sem misericórdia para quem não tiver agido com misericórdia. Os misericordiosos não têm motivo de temer o julgamento.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. A Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que se encontrava em Licença de Vereador conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, retornou a Casa visto ter sido exonerada, a pedido, do Cargo de Secretária Municipal, em conformidade com a Portaria nº 139/2012, de 3 de abril de 2012, do Sr. Prefeito Municipal. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi apresentado Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando a Casa o afastamento por 30 (trinta) dias

do cargo de Vereadora, para gozo de licença, para tratar de interesses particulares, nos termos constantes no Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna, Seção II, art. 311, inciso III e Lei Orgânica do Município, art. 24, inciso III, § 2º. Em conformidade com o art. 312 do Regimento Interno, o Sr. Presidente colocou referido requerimento para apreciação do Plenário. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que seu voto seria favorável, e queria dizer, também, que era uma honra ter a Vereadora, novamente, na Casa, e que sabia que ela estava travando uma batalha dura na vida particular dela, e se colocou à disposição caso ela precisasse de alguma coisa, e que ela vencesse aquela luta. A seguir, em votação foi o referido requerimento aprovado por sete votos favoráveis, sendo uma abstenção da Vereadora interessada, sendo que a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco ficou, então, licenciada do cargo de Vereadora por trinta dias, conforme art. 311, inciso III, combinado com o art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, voltando às suas funções no dia dez de maio de dois e doze; a seguir, o Sr. Presidente deu continuidade à Sessão, colocando em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV nº 101/2012 dando resposta ao Requerimento nº 021/2012, do Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações se existe um cronograma de limpeza das ruas e terrenos baldios do Município; 2. Ofício SEGOV nº 102/2012 dando resposta ao Requerimento nº 008/2012 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre o destino da área do Campo do Padre. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as emendas das seguintes proposituras: Requerimentos: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o afastamento do atual Secretário Municipal de Defesa Social; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o funcionamento do Hospital Municipal “Walter Ferrari” (rodízio de médicos, responsáveis pela

direção do mesmo e organização do cronograma de atendimento de pacientes no Hospital); Indicação do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal troca das placas indicativas de mudanças de direção na área do Centro Cultural, devido ao funcionamento da Maria Fumaça. Moções:

1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a toda Equipe Organizadora da 13ª Caminhada Ecológica Amigos do Salvador, acontecida em 6 de abril, desta Cidade ao Morro do Cristo Redentor, na cidade de Pedreira;
2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à encenação “A Paixão de Cristo”, acontecida nos dias 05 e 06 de abril do corrente, no Centro Cultural;
3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à Administração Municipal pela conquista do Certificado de Município Verde Azul, ficando em primeiro lugar na RMC. A seguir foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001996/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.480,00; 2. Comunicado nº 002413/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.840,00; 3. Comunicado nº 000896/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 40.000,00; 4. Comunicado nº 001096/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 1.800.000,00; 5. Comunicado nº 001355/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 150.000,00; 6. Comunicado nº 001605/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 223.036,31; 7. Of.SL nº 1049/12-4 do Presidente da Câmara Municipal de Americana encaminhando Moção nº 500/2012, dos Srs. Marco Antonio Alves Jorge-Kim e Divina Bertalia, de Aplausos à Posse da Nova Mesa Diretora Do Parlamento Metropolitano; 8. Ofício CT R\*R 01/2012 do Gerente Regional da Telefônica – VIVO informando as previsões para ao período de 2011-2015 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Prestado pelo Regime Público – PGMU, aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30/06/2011. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o afastamento do atual Secretário Municipal de Defesa Social, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao

Executivo Municipal informações sobre o funcionamento do Hospital Municipal “Walter Ferrari” (rodízio de médicos, responsáveis pela direção do mesmo e organização do cronograma de atendimento de pacientes no Hospital) , em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor a toda Equipe Organizadora da 13ª Caminhada Ecológica Amigos do Salvador, acontecida em 6 de abril, desta Cidade ao Morro do Cristo Redentor, na cidade de Pedreira, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 4. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à encenação “A Paixão de Cristo”, acontecida nos dias 05 e 06 de abril do corrente, no Centro Cultural, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 5. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à Administração Municipal pela conquista do Certificado de Município Verde Azul, ficando em primeiro lugar na RMC, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por doze minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos os presentes e disse que o Alfredo – Fred, no momento era filho do “coroné” e riu; começou a fala dele e disse que tiveram a oportunidade de votar em fevereiro, receber em fevereiro um projeto de lei, o qual foi votado na primeira sessão de março que, através do CMDCA que era o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Jaguariúna, foram arrecadados recursos que foram encaminhados à algumas entidades; foi votado em março em regime de urgência porque havia uma necessidade para os recursos chegarem o quanto antes às entidades necessárias para receber aquele valor; disse, ainda, que algumas pessoas da APAE o procuraram e que até aquele momento, os treze mil e quinhentos reais que tinha que ser destinado à APAE não havia chegado até a APAE, então, ele gostaria que a municipalidade pudesse atender o mais breve possível, porque era um dinheiro que já estava destinado àquela entidade através das empresas que fizeram a doação e eles estavam necessitando daqueles valores; disse que no dia anterior tiveram uma reunião e não sabiam, foram informados que a lei não tinha sido votada e que a Câmara estava aguardando, estava com o projeto na Casa, e que ele falou que não, o projeto tinha sido votado, ele não sabia a data, mas foi a lei dois mil e oitenta e seis, se ele não estivesse enganado, foi votada na primeira sessão de março e o valor de treze mil e quinhentos reais tinha sido destinado à APAE,

então, ele esperava que aquele recurso chegasse mais rápido àquela Entidade que estava necessitando daquele valor para dar prosseguimento aos trabalhos; disse, ainda, que tiveram a informação, ele achava que o Presidente iria falar daquilo depois, a Prefeitura tinha encaminhado a Casa um procedimento de como seria feita a votação, o plebiscito junto ao funcionalismo, através da mudança de regime previdenciário do Município, seria feito dia doze, treze e ele não tinha tido contato, ainda, com ofício para saber como seriam as regras mas, seria importante ter conhecimento para poder debater depois e apresentar alguma sugestão para que as coisas acontecessem da melhor maneira possível; comentou que na semana passada teve uma reunião lá, juntamente com o Sindicato dos Servidores Públicos do Município para discutir o aumento proposto pela municipalidade que foi da ordem de cinco vírgula quarenta e três por cento e apenas vinte por cento, melhor dizendo, vinte pessoas que eram sindicalizadas, eram representantes do Sindicato, estiveram presentes na assembleia e que não aceitaram os cinco vírgula quarenta e três por cento, e aquela proposta seria encaminhada, novamente, ao Prefeito; no jornal local foi dito que a proposta seria aquela mesma e que nada mais seria alterado; ele voltava a dizer, eles não participaram em nenhum momento daquela discussão, a proposta tinha vindo de cima para baixo, o funcionalismo aceitava ou não, caberia a representação da classe, através do Sindicato, fazer aquela discussão junto ao funcionalismo, ele voltava a dizer, apenas vinte pessoas estiveram no plenário discutindo aquilo na quarta-feira passada, ele dizia aquilo por que? Disse que vontade de fazer o plebiscito na Casa era para poder ouvir todo o funcionalismo, todo o funcionalismo tinha a opção de votar, escrever o nome numa listagem de votação para depois conferir e não ter problema com relação a lisura do processo e o que eles vinham observando era que, apenas o Sindicato, sair com uma urna itinerante e levar aos departamentos para poder pegar a votação de cada um, eles não sabiam se era obrigatório à todos ou não, e aquela urna passar de uma dia para outro, em determinado local que eles não sabiam onde iria ficar, não sabiam se tinham aquela lista de pessoas que iam assinar que votaram, eram dúvidas que aconteciam que, realmente, iriam deixar, por mais que quisesse fazer a coisa bem feita, deixava margem a discussão; disse que a intenção deles era fazer o processo na Câmara que ficasse a urna na Câmara a um longo período, não só durante dois dias, mas num período de uma semana, quinze dias, para que todo mundo tivesse oportunidade e viesse lá e exercesse o direito deles de opinar se queria mudar para um Regime Celetista ou se queria mudar para o Regime Estatutário ou se queria permanecer no celetista; ele voltava a dizer com relação a opinião dele

com relação àquele projeto, que ele achava que não era um projeto bem vindo num momento como aquele, no calar da noite, no encerrar do jogo, aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, haja visto que era projeto que iria mexer com a vida de muitas pessoas e nada se sabia do projeto; disse que naquele dia eles estavam discutindo na Câmara se alguém sabia o prazo para a aposentadoria que no Regime Estatutário seria implantado, pessoas falaram sessenta anos para o funcionalismo, para a mulher, além dos trinta e cinco anos de contribuição, ele não sabia dizer, não tinha visto o projeto, o projeto não chegou na Casa, tinha um monte de ponto que tinha que discutir, enfim, saiu um folheto naquele dia e era engraçado porque só tinha saído um folheto os prós do Estatutário, enfim, dizendo que o Regime Celetista não ajudava em nada, ele voltava a dizer, quem pagou por aquele folheto que tinha sido entregue ao funcionalismo, porque uma propaganda tão assediante para que as pessoas fossem induzidas a entrarem num processo sem o mínimo de discussão porque, a partir do momento que entrasse naquela Casa, era para supor que o plebiscito fosse um plebiscito favorável à mudança do Regime, se o projeto entrasse na Casa ele tinha a certeza que a pressão por parte do Executivo para que aquele projeto fosse votado o quanto antes, seria enorme, iriam perder a oportunidade de discuti-lo e saber de pontos que talvez estivessem intrínseco no projeto que eles não tiveram a oportunidade de ler e que passaria despercebido e amanhã ou depois poderia prejudicar uma classe toda; então ele gostaria, ele achava que era salutar a discussão do processo, ele achava que a Câmara teria que ter prazo para discuti-lo e poder esclarecer todos os pontos que seriam levantados posteriormente; pediu mais uma vez que se pudesse nomear alguém para acompanhar aquela urna itinerante que fosse feito, enfim, para que, realmente, tivesse um respaldo daquele processo, ele voltava a dizer, era um projeto que no entender dele, não teria que vir tão rapidamente para aquela Casa, enfim, teria que ser mais discutido ou se tivesse na Casa, ter prazo para discuti-lo e não ser votado rapidamente; disse, também, que tiveram uma oportunidade de aprovar uma moção, ele disse ao Mauricio que ele votou favorável aquela moção da obtenção do Selo Verde – Azul do Município de Jaguariúna, ele só gostaria de dizer que, se alguém pudesse falar as ações que aquele Prefeito tinha feito ou aquele mandato tinha feito para contribuir com aquele Selo Verde – Azul porque até onde eles sabiam, não foi, na opinião dele, e até onde ele sabia, então, nada foi feito na questão ambiental para que, realmente, aquela Administração recebesse o Selo Azul, eles sabiam que era uma sequência de trabalhos que foram feitos ao longo de vários anos que constituíram a possibilidade de Jaguariúna ter aquele índice reconhecido e

como o doutor Airton Braulino Jorge tinha dito na semana passada foi o Município que, na questão ambiental tinha recebido a nota número um da Região Metropolitana de Campinas, ele voltava a dizer, sem nenhuma ação por parte do Executivo atual, ele dizia aquilo por quê? Disse que eles tiveram a oportunidade de ter um serviço na área de limpeza pública, na área de saneamento básico nada foi feito com relação aos emissários, ao tratamento, enfim, projetos foram perdidos ao longo daqueles três anos e meio, recursos que teriam que vir do FEHIDRO foram perdidos, então nada foi investido na questão ambiental nos últimos três anos e meio, apenas o Parque Linear que já era uma área verde do Município que foi urbanizada, enfim, tendo a devida obra de se plantar árvores, era só aquilo que tinha sido feito, ele não viu nenhum parque sendo feito, não viu nenhuma área verde sendo implantada no Município, enfim, o que tinha sido feito, foi feito ao longo dos últimos anos, então era lógico que tinha que aprovar aquela moção, no momento a Administração estaria recebendo era a Administração mas, ele voltava a dizer que aquela moção teria que ser estendida à todos os governantes que tiveram a oportunidade de ter um zelo maior pelo meio ambiente desde a época do pai do Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que, também, tinha enfrentado um problema sério no Município, que era um lixão a céu aberto, teve um problema sério com a CETESB, tiveram que enfrentar problemas da ordem judicial, não poderiam mais jogar lixo no local, tiveram que achar uma forma de resolver o problema do lixo e daquela forma começou todo o processo, além de Jaguariúna ser muito bem servida de áreas verdes, então, ele acreditava que aquilo contribuiu muito para aquele reconhecimento por parte do Selo Verde do Município; então, ele gostaria de estender aquela moção à todos os governantes que tiveram a consciência de aplicar o devido recurso à área ambiental; disse que gostaria, ainda, de deixar a solidariedade dele com a nobre colega Rita de Cássia Siste Bergamasco dizendo que ela tinha feito falta na Câmara nos últimos dois anos e meio, mas ele garantia que ela tinha feito muito à frente da Secretaria, ele sabia do trabalho dela e ele sabia o quanto a Secretaria tinha melhorado depois do primeiro ano que quase acabaram com a Secretaria de Assistência Social; disse que graças ao trabalho e o conhecimento dela na área puderam dar seguimento aos projetos sociais que aquela Secretaria desenvolvia e que naquele momento era uma questão política que ela iria assumir e ao mesmo tempo com a tristeza que deixava aquela Casa porque sabiam do problema pessoal, e eles esperavam que ele fosse solucionado o mais breve possível e a saúde era em primeiro lugar, era para poder contar com o apoio dele, também, se assim o necessitasse e ele esperava que ela estivesse, em

breve, de volta, resolvido tudo e que pudesse compartilhar com eles os últimos momentos daquela Casa ao longo daquela legislatura era um prazer em tê-la, novamente e ele esperava que em breve ela estivesse de volta; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que a passou; tomou a palavra o Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa noite à todos mais um vez e disse que gostaria só de salientar as palavras do Vereador Alfredo Chiavegato Neto a respeito do Selo Verde – Azul, realmente, era referente a dois mil e onze e ele acreditava que era pelo mato que havia crescido na Cidade que tinha ficava mais verde, o ambiente tinha ficado melhor, no Parque dos Lagos não tinha uma limpeza adequada, ele achava que era por causa daquilo que teve aquele prêmio, era para parabenizá-lo, fazer o quê? A respeito do aumento dos servidores, disse que ele tinha conversado com a nobre Vereadora; havendo manifestação ele disse que era, não poderia ter aumento acima da inflação seis meses antes, por isso ele tinha esperado até aquele momento para mandar, ele, também, não fazia nada sem pensar o que fosse para prejudicar, no momento os servidores teriam que brigar e brigar muito e que, ainda, iria alegar que estava fora do prazo, era para ter certeza daquilo; com relação ao Estatutário ele achava que deveriam pensar bem, tinha que analisar ele continuava comungando da ideia de se fazer o plebiscito na Câmara Municipal, ele sabia, também, que estava correndo um abaixo-assinado com cinco por cento das assinaturas, ele esperava que os nobres Vereadores, o Presidente da Casa pusesse em votação, ele sabia que iria depender de dois terços da Câmara também para passar mas, era um pedido da população e ele esperava que fosse bem aceito para poder discutir naquela Casa de Leis, porque até o momento, na semana passada não tinha conhecimento do projeto e continuavam não tendo, não participaram de nenhuma reunião, não tinha convite e nada, mas eles estavam lá; disse, ainda, a respeito, também, ele não sabiam se estavam sabendo, as casas populares de Jaguariúna, ele achava que a população merecia sim, mas era tão desorganizado, era tão complexo, tão complicado, pagaram, pagaram não, ele acreditava que a empresa ainda não tinha recebido, no momento estava para começar uma obra que iria cortar a José Alves Guedes inteirinha para levar a água até as casas populares, então, o asfalto novo que foi feito iria ser totalmente destruído, novamente, e ele acreditava que ainda não foi pago, ainda, pelo que ouviram da empresa, agora ele queria ver como iria fazer para chegar e depois tampar aqueles buracos, o que seria feito um novo asfalto ou não ia, ou se, realmente, chegaria a água lá ou não, porque não foi investido nada, sabia, também, que tinha uma falha do projeto que não tinha a caixa d'água lá, então, tinha que analisar tudo aquilo, iria gerar um transtorno para a



Cidade, mas era preciso fazer o que era necessário já tinha começado a construir, então, tinha que fazer aquilo; ele não iria falar do investimento na área de saúde porque, na verdade, ele iria falar da má Administração; disse à nobre Vereadora, ele pedia desculpa por mais uma vez citar o nome dela, era craque em conta e ela chamava a atenção por pequenos detalhes que, às vezes as pessoas não se atentavam, no Hospital foi gasto vinte e sete milhões e meio, aproximadamente, ano passado, se fosse feito por dia, era setenta e cinco mil reais, por hora, três mil reais por hora, para ter um atendimento de baixa qualidade, muitas pessoas reclamando, boletim de ocorrência contra as pessoas que estavam lá pelo mau atendimento, tinha uma pessoa na Casa, que perderam até a radiografia, então, era assim, uma falta de respeito com o ser humano, ele achava que a saúde tinha que cuidar porque não tinha retorno, se tivesse errado acabou, ele achava que tinha que olhar com bons olhos, tinha que se dedicar, era para ver os carros do Hospital, também era tudo a mesma coisa, estava tudo sucateado e ele ouvia falar que tinham pessoas que demoravam para serem atendidas e eram atendidas com péssima qualidade; então, ele esperava que aquele ano fosse investido melhor na área de Saúde com profissionais competentes e com dignidade à população; na Educação ficava mais difícil para falar, ele estava conversando com algumas mães, só receberam as camisetas do uniforme, não receberam o restante, onde foi parar o restante? Disse que ele não sabia? Se iria entregar perto da política ou não iria, o material era de baixa qualidade que eles estavam querendo entregar, estava complicado para a Cidade, não era questão de vir lá e criticar, “ah, não! Porque sou oposição ou sou situação”, ele estava falando a realidade, poderia sair na rua e escolher qualquer pessoa, poderia entrar no comércio e pedir e ver se alguém vendia para a Prefeitura de Jaguariúna, não vendia; então, era assim, o que eles tinham que ver e por a mão na consciência, não era porque estava chegando o ano eleitoral ou não, aquilo já vinha ocorrendo há algum tempo, então estavam no momento que deveriam tentar melhorar e salvar Jaguariúna, Jaguariúna dali a pouco entraria em óbito, não teria mais o que ser feito, era mentira falar que Jaguariúna não devia, como não devia? Estava todo mundo recebendo, para baixo para cima, reclamação; no momento era só aquilo que ele queria dizer; ele agradeceu e queria mais uma vez compactuar com a nobre Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, era um prazer tê-la de volta e mais uma vez ele se colocou à disposição e que todos ficassem com Deus e até mais; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, primeiramente, dando as boas vindas à Rita, umas boas vindas um pouco triste, porque uma das principais Secretarias do Município ficava sem uma das

melhores Secretárias que tinham, uma Secretaria que era importantíssima para o funcionamento, e ao mesmo tempo, disse à Rita, de se solidarizar com o problema de saúde na família, e que perante Deus tudo era possível, e que estavam ali com suas preces e apoio para poder colaborar; disse que, realmente, o fator de Secretários era muito sério, e na sessão passada comentou, que era a primeira vez na história desta Cidade, fazendo alusão à frase do Lula, mas a primeira vez na história desta Cidade que tantos Secretários se afastavam por algum motivo eleitoral, e que eram quase oito ou nove Secretários, o que mostrava e lhe preocupava que as Secretarias estavam muito politizadas, e que era a primeira vez, disse ao Sr. Presidente, na história, que se afastavam tantos Secretários para disputar, que era um direito, tantos cargos políticos; disse que, naquele dia, o que lhe constava informação, eles estavam sem Secretário de Segurança, sem Secretário de Desenvolvimento Econômico, sem Secretária de Educação, sem Secretário de Governo, sem Secretário de Trabalho, e que era muito Secretário que saiu, e que ela não estava sabendo quem tinha sido nomeado, e que hoje, era uma situação complicada; disse que era fato que algumas Secretarias não faziam muita falta, porque, pelo resultado que tiveram em algumas Secretarias, nos últimos três anos não seria agora que iriam obter alguma coisa, mas tinham Secretarias importantíssimas que estavam sem Secretários, hoje, e que, realmente, ela ficava preocupada e a população também ficava preocupada, e o pior, disse ao Sr. Presidente, que tinha Secretários que se exoneraram e continuavam usando telefone da Prefeitura, o celular, e que, pelo menos, se não era mais Secretário que entregasse o telefone, porque no momento que ele não era mais Secretário ele era cidadão, e a Prefeitura não podia pagar telefone para um cidadão, e que até esse erro estratégico as pessoas faziam, e que dizia isso, disse ao Sr. Presidente e aos nobres Colegas, porque achava que a discussão do aumento salarial desde o dia sete de outubro, era inútil, porque não podia ter mais aumento, mesmo que o Prefeito, hoje, quisesse dar vinte por cento de aumento, era proibido por lei, e que eles chegaram num momento, que a questão de aumento salarial estava morta, e que era a inflação, e mais que isso era proibido, por Lei Eleitoral; disse que ficar discutindo uma coisa que não poderia ser mais feita, discutir uma coisa que estrategicamente, juridicamente, foi levado para que isso acontecesse; disse que o que entendia, sem menosprezar os Vereadores ou a história da Casa, eles não podiam achar que eles eram burros, e que não eram muito inteligentes, mas burros também não eram, e que não podia ser mais aumento, e que discutir, fazer reunião, fazer oba-oba, discurso político, não tinha, era inflação e aleluia! Disse que isso, realmente, tinha sido uma estratégia, não sabia se boa ou ruim,

não cabia a ela ali julgar se foi boa ou ruim, mas foi uma estratégia que deu certo, e que eles tinham que respeitar, foi uma estratégia e a Câmara não tinha como agilizar esse prazo, porque dali a pouco iriam falar que a culpa era dos Vereadores, e que ela, disse ao Sr. Presidente, gostaria, e que não sabia se cabia na postura dele, que acontecesse um plebiscito, também, com os funcionários desta Casa para ver o que eles achavam do Estatutário e do Celetista, e que nada mais justo que os funcionários desta Casa também pudessem opinar e achava que tivesse alguma ação jurídica dentro da lei que aquele plebiscito pudesse também ouvir, de alguma outra forma, os funcionários desta Casa, porque eles também eram funcionários concursados, e o futuro deles, eles queriam ter o poder de opinar e decidir, e que ficava ali o seu apoio para que os funcionários da Casa, que não eram muitos, mas eram importantes, também tivessem o direito; disse que uma questão que para ela não ficava clara, também, e talvez, porque nunca aconteceu, e disse ao Sr. Presidente, um exemplo, naquele ano, ganhava o celetista, o ano que viria o estatutário, aí o outro Prefeito queria o celetista, e podia mudar todo ano, perguntou; foi lhe informado que seria a cada doze anos, e ela disse que a decisão que a Casa iria tomar, não era deles, era pelos próximos doze anos, uma dúzias de anos, e que até dois mil e vinte e quatro, alguns já não iriam estar aqui, e que achava que o Renê iria estar morto, pela idade, estava falando, mas alguns deles iriam estar vivos ali, então a decisão que eles estavam tomando ali, era uma decisão de doze anos, até dois mil e vinte e quatro, disse ao Sr. Presidente, e que era uma decisão... e fez uma pergunta: alguém falou que esta decisão era por doze anos? Disse que era uma decisão complicada, e que eles estavam tomando uma decisão importante e os funcionários iriam tomar dia dez, dia onze no plebiscito, até dois mil e vinte e quatro, e que era uma decisão que eles tinham que raciocinar bem, porque ela achava o seguinte: para ela, particularmente, e ela já tinha falado isso na sessão anterior, não era o momento do ano, não era a época do ano, e o momento político estava muito efervescente para acontecer isso, e que, realmente, achava que esta questão, uma decisão... e que existia uma diferença, disse ao Sr. Presidente, e que o Plano Diretor, que eles votaram a área ZEEM, se no ano que viria o outro Prefeito ou o mesmo Prefeito quisesse mudar, mandava um projeto de lei e mudava, e aquilo que eles tinham votado, área de mineração, se quisesse outro Prefeito ou o mesmo Prefeito quisesse mudar, mandava um projeto de lei, e seis Vereadores votavam, e mudava; o Estatutário e o Celetista, não, era por doze anos, e que era uma decisão um pouco mais séria, não que o Plano Diretor não tivesse sido; disse que era uma decisão por doze anos, até dois mil e vinte e quatro, e que ela não tinha visto,

não tinha visto isso em nenhum folheto, em nenhum papel, em nenhum negócio até dois mil e vinte e quatro, e que era um dado que eles tinham que destacar, que era uma decisão que iria gerenciar o funcionalismo público da Cidade pelos próximos doze anos, e que ficava ali o seu apelo, disse ao Sr. Presidente, e que ela gostaria muito que ele explicasse depois esse plebiscito, e que uma pergunta que ela fazia, também, porque o bom de ser Vereador era, e que tinha um monte de coisa ruim confirmou com a Rita, mas que eles ali podiam perguntar o que queriam, e perguntou: essa urna iria dormir onde? Porque até para o Carnaval, os votos do Carnaval dormiam num cofre, aquela apuração do Carnaval, os votos ficavam num cofre, com oito seguranças, e essa urna iria dormir onde, perguntou; diante de manifestação no Plenário, a Vereadora disse que era um direito de quem se manifestava, e que se ele estava falando isso e assumisse isso, ela poderia fazer um requerimento para perguntar o endereço da casa dele, que ela nunca tinha ido; disse que o que ela queria saber, era onde essa urna iria dormir, quem iria custodiar, e quais as seguranças desses votos; disse ao Sr. Presidente que, para ela, e voltava a repetir que todos os plebiscitos no País, todos: do armamento, do Amazonas, do Acre, do caramba, eram feitos aos domingos, onde a população tinha mais tempo para votar, mais tempo livre; disse que na história desse País, nunca existiu um plebiscito dia de semana, todos os plebiscitos de armamento, desarmamento, ou imperialismo, a realza, foram votados aos domingos, e que ficava ali a sua indignação que esta votação, este plebiscito deveria ser um domingo, onde as pessoas tinham mais disponibilidade, mais tempo para votar, e ficava ali, mais uma vez, disse ao Sr. Presidente, que as funcionários e funcionários da Casa pudessem participar dessa votação; muito agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Rainero Venturini que a passou; tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, primeiramente, agradecendo o apoio na questão de seu requerimento, que ela pediu por trinta dias, e esperava poder aí estar resolvendo aqueles problemas em trinta dias, se Deus quisesse; a seguir, disse de pegar um gancho da fala do Vereador Fred, na questão da verba do Conselho, e que aquele ano tinha sido um ano bastante importante, porque foi um trabalho onde o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fez um trabalho intenso junto às empresas para arrecadar um por cento que as empresas podiam, e que a pessoa jurídica podia repassar para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um por cento do seu imposto devido, e que no ano passado eles tinham tido doação da Motorola, da CPFL, da Nycomed, foram várias outras empresas e que tinha feito toda a diferença na questão das entidades, porque já foram apresentadas, as entidades

já apresentaram projetos no Conselho, o Conselho aprovou, foi para as empresas, as empresas aprovaram e repassaram esse dinheiro; disse que se caso a APAE, ainda não recebeu, era justo que se verificasse o que estava acontecendo, as outras entidades já tinham recebido, e ficava ali o apelo para que eles, realmente, intensificasse essa campanha, não só na pessoa jurídica, mas a física podia doar seis por cento, e que todo mundo ali que pagava imposto, podia deixar no Fundo da Criança e do Adolescente, seis por cento do seu imposto devido, e um por cento a pessoa jurídica; disse achar que essa era uma campanha que todos eles deveriam abraçar, divulgar, o Conselho era um órgão extremamente sério, principalmente, porque era fiscalizado pela sociedade civil, na sua grande maioria, a participação era fundamental da sociedade civil, e era um órgão bastante sério; disse que naquele ano pôde-se repassar um valor a mais para as entidades, e que achava que tinha sido o Lar Feliz, a Associação Amigos do Padre Gomes, a Equoterapia e a APAE, e confirmou que tinha sido isso, e disse que ficava ali o apelo para que, naquele ano, eles conseguissem novamente, e que achava que era uma função de todos eles; em relação à questão da mudança do Regime Celetista para o Regime Estatutário, como funcionária, ela disse que ela entendia, e que tinha participado de várias reuniões, entendeu o processo, mas achava que ainda ficava muita dúvida para muitos funcionários, para vários funcionários, e achava, sim, que o plebiscito devia ser uma coisa bastante aberta, bastante transparente, e que respeitasse a opinião da maioria dos funcionários, e se não foi o suficiente todas as reuniões que foram feitas, se não foi o suficiente para esclarecer ao funcionalismo público, que ficasse ali a questão de que se tinha que discutir melhor; disse que achava que era pertinente sim esta observação, e que era uma colocação, inclusive, enquanto funcionária, tinha feito diretamente ao Sr. Prefeito, e achava que os funcionários tinham que ser respeitados na sua opinião, quanto à questão de querer ou não a mudança aí do Regime; disse que, em relação à questão do cargo de Secretária, disse à Karina, que a Assistência ainda estava sem Secretária, e que ela gostaria só de fazer uma ressalva e agradecer, e que achava que era um momento oportuno, a todos os Prefeitos que lhe deram oportunidade e lhe escolheram como Secretária na área de Assistência Social; disse que esteve como Diretora no Governo do Sr. Laercio, foi convidada para ser Secretária no Governo do Sr. Tarcisio, depois do Sr. Laercio, novamente, do Sr. Mauricio, do Tarcisio, novamente, e agora do Gustavo Reis; deixou ali o seu agradecimento, pela oportunidade que todos esses governantes lhe deram para que ela pudesse, em sua área, aquela que ela escolheu, poder desenvolver o melhor possível do seu trabalho; disse que nem

sempre agradava todo mundo, mas tinha certeza que fazia seu trabalho com muito carinho, muito amor; em relação à Câmara, disse que podia até ter falhado em algumas coisas, e que achava que falhou, mas pedia desculpas e agradeceu a compreensão de todos; agradeceu e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, dizendo de se congratular com a presença da Rita, e que a Casa estava sempre de braços abertos para recebê-la, a cadeira era dela, ela recebeu aquele diploma por seus méritos, pela população, e a escolha dela como Secretária, a função dela ao longo daqueles anos, de acordo com todos esses Prefeitos, mostrava a sua competência para tal, e que se Jaguariúna a tinha perdido como Vereadora, pela escolha dela, mas ganhou no seu serviço que ela fazia pela comunidade; a seguir, disse que gostaria de ler para todos a carta que ele tinha recebido do Prefeito em relação ao Plebiscito Municipal, e leu: “Jaguariúna, 10 de abril de 2012. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguariúna, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri: Por meio do presente, venho comunicar a esta Câmara Municipal que, nos dias doze e treze de abril, esta Prefeitura Municipal realizará em todas as Secretarias e Departamentos municipais um plebiscito, a fim de que os servidores municipais avaliem sobre a mudança do regime de trabalho e a implementação de um novo plano de carreira. Nesta oportunidade, convido todos os Vereadores desta Câmara Municipal a procederem um acompanhamento e fiscalização do referido pleito. Aproveito o ensejo para expressar meus sinceros votos de elevada estima e consideração. Atenciosamente, Márcio Gustavo Bernardes Reis. Atenção, Servidor Concursado: a Prefeitura quer saber sua opinião! Nos dias doze e treze de abril, durante o expediente, será realizado o Plebiscito para que todos opinem sobre a mudança do regime de trabalho. A votação será encerrada às doze horas do dia treze, sexta-feira. Todos os servidores concursados têm direito a voto e as urnas itinerantes percorrerão as Secretarias e Departamentos da Prefeitura. Além disso, haverá uma urna fixa no Paço Municipal para coleta dos votos. A escolha é simples e a cédula terá apenas duas opções: Sim, para quem deseja se tornar Estatutário e passar a ter um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos; Não, para quem deseja continuar sendo Celetista, sem ter o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos; E para que a escolha seja democrática, é importante que todos participem! A apuração dos votos será a partir das treze horas do dia treze do quatro, no pátio do Paço Municipal, onde o servidor que quiser poderá acompanhar pessoalmente. A fiscalização do Plebiscito será feita por uma Comissão de Acompanhamento, formada por representantes das Secretarias Municipais, Sindicato dos Servidores Públicos de Jaguariúna e

CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Portanto, dê sua opinião neste Plebiscito, ajudando a decidir o que é melhor para todos os servidores públicos da Prefeitura de Jaguariúna.” Disse que estava ali a carta que tinha recebido do Sr. Prefeito. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 006/2012 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar nº 206/2012, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III cc Art. 42 da LOM). Em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que ele só gostaria de voltar ao assunto desse plebiscito, e que ele tinha ficado um pouquinho preocupado com a pergunta feita na cédula de votação, e pediu ao Presidente o ofício lido emprestado, e que a pergunta seria: “sim, para quem deseja se tornar Estatutário e passar a ter um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos; não, para quem deseja continuar sendo celetista, sem ter o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos.” Comentou isso, dizendo que como se a mudança do Regime fosse a única forma, de se ter um plano de carreira, e que se podia ter um plano de carreira, de cargos e vencimentos no Regime Celetista, também, e era que ficava, através de estudos por parte de quem o tinha feito muito mais oneroso para o Município, e o que o Município não queria era contribuir para o INSS, que tinha que contribuir, hoje, na ordem de vinte e três por cento, se não se enganava, e contribuir mais para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que o funcionário iria abrir mão disso, que representava, a cada ano, um salário a mais nos seus vencimentos; disse que ele devia ser um pouco mais simples na pergunta: “Você quer a mudança do Regime? Sim ou não?” Disse que o que dava para entender ali, era que teria um ganho muito grande se votasse “sim” porque iria ter um Plano de Carreira,

Cargos e Vencimentos, e que isso, realmente, dava margem à pessoa ser induzida ao erro, e que era cruel fazer uma pergunta como essa, e para quem tem um pouquinho de conhecimento tudo bem, mas tinha muita gente que não tinha um certo conhecimento, e o Plano de Carreira, eles sabiam que foi um Plano de Governo do atual Prefeito, ele tinha que implantar isso, porque senão ficava chato, porque ele tinha se comprometido a implantar isso, mas desta forma, voltou a dizer, que não compactuava com a situação, com o momento, da forma que seria feito, e que seriam urnas itinerantes pelo que estava sendo dito ali, e não seria uma, seria mais do que uma, e quantas Comissões iriam acompanhar todo mundo, perguntou, e pessoas que estavam afastadas, não estariam presentes, ou estavam de férias, enfim, ou foram destinadas a algum serviço em algum outro local, que não poderiam se expressar; disse acreditar que a vontade, assim como o plebiscito era obrigatório no País, e todo mundo tinha que participar e votar, e que se podia justificar quando não queria votar, mas todo o funcionalismo, deveria opinar, como foi feito anteriormente, depois que foi implementado o Regime Celetista no Município em mil novecentos e noventa, e que todo o funcionário optou, e repetiu que todo funcionário optou, se queria ficar no regime estatutário ou se queria ir para o regime celetista, e voltou a dizer que Jaguariúna só cresceu até hoje, porque eles eram Regime Celetista, porque se fossem no Estatutário estariam quebrados como toda Prefeitura da Região, que era Estatutária estava, e a maior dívida dos Municípios era com os fundos de pensão, e não tinha dinheiro que aguentasse, e voltou, mais uma vez a dizer, quantas pessoas entravam no mercado de trabalho no Município, por ano? Tinha que ser por concurso, e se entrasse dez, quinze, era muito, e que se precisava, em média, de dez funcionários para pagar um aposentado; disse que a máquina tinha que crescer, e que era lógico que tinha contribuições por parte do Município que ele iria contribuir para o Fundo, mas não era o suficiente, tinha-se que criar uma estrutura para gerenciar este fundo, e perguntou: quem iria gerenciar este dinheiro? Disse que hoje, em dia, vinha se vendo aí que, por mais que se tivesse uns certos olhos em cima disso, tinha-se fraudes e mais fraudes acontecendo no Regime Celetista, que era o Regime Previdenciário Federal, que era o INSS, e fraudes milionárias, e quem garantia que isso não podia acontecer, perguntou; comentou que a Karina mesmo tinha dito ali, que a Lei era por doze anos, mas quem garantia? Pois toda lei era mutável, ela poderia ser, e que não existia uma lei que era taxativa, tinha que ser doze anos e ela seria cumprida, e que não era assim, e que era só vir uma lei que se revogava a lei, e que toda lei era revogável; um Prefeito ou outro que quisesse revogar, voltava tudo à estaca zero; disse que iria depender somente de



cinco Vereadores, e no andar da carruagem, supondo que alguma coisa tinha que ser alterada para dar continuidade ao Regime Estatutário, eram cinco Vereadores que iria decidir só, sendo que eles tinham uma sociedade inteira, um Congresso Nacional, que para mudar a CLT, tinha que ter uma discussão ampla com a sociedade, e olha lá, se iria conseguir mudar, e que não iria conseguir mudar, porque era difícil, os direitos que lá tinham, dificilmente, se mudava, e que poderia até ter mais, mas tirar não; disse que o direito que os funcionários do Município tinham eram enormes, tinham mais que a Previdência Nacional, que o Regime Celetista, e que eles tinham mais direitos, enfim, sem precisar ser avaliado por ninguém, era direito, por tempo de serviço, e que lá no papelzinho falava que estava sendo encaminhado, falava de falta abonada, que o funcionário podia ter seis faltas abonadas durante o ano, que não iria ser descontada, como se isso fosse algo que todo mundo queria faltar, e se faltasse, também, teria direito, e que era só fazer a justificativa, que a falta era abonada; disse que tinha um papelzinho e até a Deise, e pediu desculpas à funcionária por citar seu nome, e que ela tinha pego, e ele não tirou uma cópia, e que eram situações ali como se fosse algo de bom, que o Regime Celetista não tinha e o Regime Estatutário teria, e que era uma discussão muito mais ampla do que aquilo que eles estavam debatendo em tão pouco tempo, e voltou a dizer que a sua intenção em relação àquele plebiscito era ouvir todos os funcionários, e que esperava que o Município fizesse isso neste momento, que era importante; disse ao Sr. Presidente que não sabia como a Câmara iria proceder neste caso, e que achava que era bom solicitar alguns funcionários, ou mesmo alguns Vereadores que pudessem acompanhar esse caminhamento das urnas, essa via sacra das urnas, mas voltou a dizer que não iria dar para todo mundo, se fosse mais do que uma urna, porque iria ser itinerante, exclamou: “haja comissão para acompanhar tudo isso aí!” Perguntou a que horas iria começar esta votação, em que departamento, para eles poderem saber e poderem acompanhar; disse, mais uma vez, que houve uma campanha, e uma campanha, diria, até política, e grande, uma campanha política no sentido de que os funcionários aceitassem a mudança do Regime, e que não teve nenhuma campanha contrária, e que achava que a única campanha contrária era a boca a boca dos funcionários, e alguns Vereadores que vinham na tribuna e se expressavam, e que era a única campanha contrária, mas que a campanha para que, realmente, os funcionários aceitassem isso, foi maciça, gasto do dinheiro público com folhetos, reuniões, várias reuniões, e que sabiam que a dúvida, e pelo menos a parte do funcionalismo que lhe procurava, estava totalmente preocupada com relação a isso, e cabia a eles, ali, tentarem alertar, enfim...

disse que taxaram por demais de negativo o Regime Celetista, onde a Prefeitura estava inserida, e voltou a dizer que tinha sido a única forma que o Município teve e que deu oportunidade de crescer foi com essa opção, tomada em mil novecentos e noventa, porque senão, hoje, estariam um município, como estavam hoje, um município qualquer, que para precisar investir tinha que pedir bênção lá no Governo Estadual e Federal, porque o resto era todo dinheiro carimbado, dinheiro para a Educação, Saúde e Funcionalismo, o resto acabou; a manutenção estava precária, o crescimento estava precário, nada mais acontecia no Município, se não fossem pedir bênção para o Governo Federal e Estadual, enfim, viraram uma cidade qualquer, como qualquer uma no Estado, enfim, agora, o que estavam querendo fazer? Estavam querendo mudar o Regime para que se sobrasse um pouquinho de dinheiro do caixa para que se pudesse dar oportunidade de se investir um pouquinho mais, e que era isso, enfim; disse que quem estava ganhando com isso, podiam ter certeza, era só o Município, a entidade Município, a Prefeitura, o funcionalismo estava perdendo e muito, e que não dizia nem agora, mas no futuro, iriam escutar muita reclamação com relação a isso; disse que tinham o exemplo de Holambra que ficou vinte anos sem ter um aumento, e que naquele ano teve um aumento de vinte por cento, e que foi este ano, ou melhor, em dois mil e onze, neste ano não teve, e repetiu, vinte anos sem aumento, e que falava isso porque eles tinham um colega Vereador que trabalhava lá em Holambra e era estatutário, enfim... Disse que só iria ter aumento, e foi dito lá pela pessoa que apresentou o projeto ao funcionalismo, só iria ter aumento se tivesse dinheiro no orçamento, e se não tivesse dinheiro no orçamento, não teria aumento, nem pela inflação, que hoje tinha dado cinco vírgula quarenta e três por cento, que era o que seria submetido a todos, e se fosse um por cento que tivesse para crescimento para funcionalismo, seria um por cento, se fosse dois, dois, enfim... e que não adiantava depois chorar, e que, realmente, esta discussão tinha que ser muito bem feita, e ser conduzida de uma forma correta e digna para o funcionalismo, e que do jeito que tinha sido feito, e foi feito isso para induzir o funcionalismo a aceitar um absurdo, um absurdo que não poderia ser aceito; disse que a vontade iria ser dita ali, mas da forma que foi conduzida era uma pena, para o Município, realmente, era um pena; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que uma pergunta que ficava ali no ar, talvez o Edison, ou algum Vereador, pudesse lhe responder, e perguntou: o plebiscito iria ser feito para quê? Em caso dos funcionários votarem contra, o projeto de lei não iria vir? Diante de manifestação no Plenário, ela disse que isso não estava claro, falou ao Fred, e

que isso não estava claro, ninguém falou, e que poderia ser que o plebiscito falasse não, o projeto viesse do mesmo jeito, disse que teria que ter o compromisso do Governo, que se o plebiscito fosse a favor do não, este projeto não viria aqui, perguntou se era isso; disse que a ideia era essa, porque se eles fossem fazer um plebiscito, e que ela gostaria de ter esse compromisso, se iria ter o plebiscito, e que ela concordava, mas poderia acontecer um empate, e aí, perguntou; disse, entre outras coisas, que na campanha para Vereadora, ela brigou com o Edison a campanha inteira e empatou com ele, seiscentos e quarenta e dois votos, e que ela gostaria de saber o que iria acontecer se desse empate, e que ela gostaria de entender se o plebiscito tinha essa função, se existia o comprometimento de que, se em caso que os funcionários, e que queria deixar isso registrado, naquele dia, terça-feira, que seu voto iria acompanhar o plebiscito, e que se o plebiscito fosse... e diante de manifestação na assembleia, ela disse que iria deixar claro que se o plebiscito mostrasse que o funcionalismo era a favor do sim, votaria sim; disse ao Sr. Presidente que esse compromisso, pediu desculpas, estavam na tribuna livre, mas que aquele compromisso existia, que se na sexta-feira, às treze horas, e era sexta-feira treze, disse ao Presidente, e exclamou: “Mãe, do céu! Sexta-feira treze, às treze horas.” Houve manifestações na assembleia e no Plenário, e a Vereadora continuou dizendo ao Dr. Airton, que era sexta-feira treze, às treze horas, iria se decidir o futuro do funcionalismo na sexta-feira treze; disse ao Sr. Presidente, que a ideia era essa: se para ela entender, porque sua burrice, disse ela, lhe atrapalhava, tinha vez, esse plebiscito se fosse negativo, tal projeto de lei não vinha para a Casa, perguntou; disse que gostaria que alguém se comprometesse ou respondesse isso; a seguir, o Sr. Airton Braulino Jorge usou a palavra, dizendo à Vereadora Karina que também assumia esse compromisso, o que o plebiscito decidisse, ele assinaria embaixo; a seguir, tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo entre outras coisas, que só queria discordar, e que ele não iria votar pelo que o plebiscito decidisse, ele iria votar de acordo com que ele entendesse, com o que ele achasse melhor para a cidade e para os servidores municipais, e queria, desde aquele momento, o compromisso do Presidente, de quando chegasse na Casa esse projeto, contratasse alguém... (houve manifestações no Plenário e na assembleia), e o Vereador disse que, então, o Sr. Presidente iria explicar para ele, quando chegasse o projeto, não tinha problema, e que se ele o convencesse e explicasse aos Vereadores o que eles estavam votando, e como iria funcionar, estava tudo certo, mas que ele tinha o direito de um especialista para lhe explicar esse regime, a FGV fez o estudo e não apresentou para ninguém, apresentou do jeito

que quis (houve manifestações na assembleia com aplausos), e que eles, Vereadores, que defendiam... (houve, ainda, manifestações na assembleia e no Plenário), e o Vereador continuou dizendo que era um direito, e que se ele quisesse poderia tirar sua palavra, e diante da resposta, disse, que, então, era para ele parar de falar para ele falar; e entre outras coisas disse o que ele solicitava era isso, e faria o pedido por escrito, porque ele tinha que saber o que estava votando, tinha que entender, exatamente, o que estava acontecendo; disse que concordava com o plebiscito, mas eles tinham que entender e saber o que eles estavam fazendo, e não adiantava virem ali, e falar “o plebiscito”, até porque poderia ser questionado, poderia ser tudo, e que ele queria entender o que estava votando para sua cidade, para os servidores municipais, e não só para os servidores municipais, para a cidade no futuro, que não iria só atingir aos servidores, iria atingir uma cidade inteira, e que era o que ele pedia, e achava que era o mínimo que eles podiam ter, e que poderiam dizer: “Ah! Mas o Executivo fez!” Ele disse que não confiava no Executivo Municipal, e que ele confiava na opinião e no estudo de cada um, e que era isso que ele pedia, e que achava que era o mínimo que eles podiam ter; desejou boa noite; houve manifestação na assembleia com aplausos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que acontecia o seguinte: todos eles ali, concordavam com o plebiscito, e todos eles tinham ali a reivindicação do plebiscito, e que quando eles votaram contra o plebiscito da Casa, era porque eles tinham ali o compromisso que o Executivo iria fazer o plebiscito, e o plebiscito estava colocado e iria ser feito; disse que quando eles questionavam a questão da legalidade, eles já estavam partindo do pressuposto que tudo era errado, e que as coisas já estavam viciadas, e que os servidores eram incompetentes para não terem a devida sabedoria, e de não ter a devida sabedoria, e a condição de votar naquilo que eles achavam melhor para eles; disse que entendia, que um servidor público, ele tinha sim, condições, de fazer a votação daquilo que eles achavam melhor para eles; disse que partir do pressuposto que o Governo estava fazendo coisa errada, eles estavam reivindicando o plebiscito, perguntou por que, se eles tinham ali a oportunidade democrática de participar de um processo de votação e de acompanhar, fizessem ali o papel deles, que era de fiscalizar, e diante de manifestação que era difícil, perguntou por que era difícil, e que não era difícil, era só pegar e ir junto com as urnas onde estivesse, e participar e ver como estava o processo, e perguntou, como que ele iria partir do pressuposto que aquela comissão também era viciada; disse que isso não passava pura e simplesmente de uma questão política, e que era para se fazer política, e que era lógico que era para

fazer política, e que era a mesma coisa que eles tinham feito política com relação à questão do aumento, e que eles tinham feito política porque eles tinham aceitado lá na mesa, aceitaram a proposta, e não tiveram capacidade de defender ali na mesa, eles não tiveram capacidade, e dirigente sindical para ele, quando ele assumia um compromisso na mesa, tinha que defender, e que isso não era dirigente sindical, e que isso era oportunismo, e repetiu que isso não era dirigente sindical, que isso era oportunismo, e que as pessoas que não faziam com responsabilidade, sabiam fazer política, sabiam fazer política, subiam em cima de um palanque e faziam política; disse que as coisas tinham que ser com responsabilidade, e se as coisas tinham que ser com responsabilidade, então, os servidores públicos tinham em suas mãos o poder de decidir, e que daí eles iam lá e decidiriam contra ou a favor, e que isso era o processo democrático que lhe dava o direito de decidir aquilo que era melhor ou não; diante de manifestação no Plenário, disse que onde iria estar a urna, os servidores que estavam na comissão, estavam decidindo onde iriam ficar as urnas, e que a comissão... houve grande manifestação no Plenário e na assembleia, e o Vereador continuou dizendo que falava, e disse à Vereadora que ela fosse lá e participasse, e repetiu tal frase várias vezes; em meio à manifestação, o Sr. Presidente solicitava que o deixassem falar, e o Vereador Edison Cardoso de Sá continuou dizendo à Vereadora que fosse lá e participasse, que ela era Vereadora e tinha o direito de participar, e que ela foi convidada a participar; (a Vereadora continuava a se manifestar no Plenário) o Vereador disse que ela tinha todo o direito de participar, e que ela fosse lá e participasse, e que ela fizesse seu papel de Vereadora, e que ela fosse lá e participasse, e que ela, inclusive, foi até convidada; disse que não era assim, e que a questão era a seguinte: era claro que os servidores tinham condições de participar e de discutir o projeto, e depois falava-se que fez uma discussão, que foi perdido tempo com os servidores, para os servidores participarem... disse que se não fazia a discussão estava errado, se fazia a discussão estava errado, e que as coisas não eram desse jeito, não; disse que era para irem lá e decidirem, e que ele iria seguir o voto dos servidores e teria ali a oportunidade, sim, de discutir, e que ele queria discutir o projeto, queria analisar o projeto, e que ele queria ver, ninguém tinha visto, e diante de manifestação no Plenário, ele perguntou se estava na Casa para votar, e perguntou ao Vereador que se manifestava, se ele iria votar naquele dia, e que, então, não tinha que ficar discutindo isso daí, e que isso era para discussão posterior, não naquele momento; ainda houve algumas manifestações, mas terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezessete

de abril de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri**  
**Presidente**

**Vereador Fábio Augusto Pina**  
**Vice-Presidente**

**Vereador Rubens das Virgens**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

